

AO I. PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 228/2023

GOVERNANÇABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS, com sede na Rua João Pessoa, 1183 - Velha, Blumenau - SC, 89036-001, inscrita no CNPJ sob o nº 00.165.960/0001-01, vem, respeitosamente, perante essas autoridades e fundada nos termos do item 26.1. do ato convocatório em referência, apresentar sua **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos

I – DA NECESSIDADE DE REVISÃO DO EDITAL

Trata-se a presente de impugnação ao edital Pregão Eletrônico nº 28/2023, cujo objeto é a **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA , para fornecimento de sistema informatizado de Gestão Pública Integrada, englobando cessão do direito de uso, instalação, implantação, treinamento, customização, migração de dados pré-existentes, conversão e adequação, suporte técnico e manutenção corretiva, adaptativa, e evolutiva, atualização tecnológica e Assistência Técnica dos sistemas Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle, para o Município de NOVA FRIBURGO, RJ e para a Câmara Municipal de NOVA FRIBURGO, RJ, pelo sistema web.”**

A Impugnante ao verificar o conteúdo do ato convocatório, identificou algumas cláusulas que precisam ser sanadas a bem do interesse público e que certamente, após leitura das razões a seguir, serão revistas por essas respeitadas autoridades.

Nesse sentido, não se pretende de modo algum tumultuar o procedimento licitatório instaurado, muito menos criticar os trabalhos realizados por essa

prestigiada entidade, mas, sim, e apenas contribuir à melhoria do edital em referência, o qual se presta a licitar objeto de natureza importante e que possui custo bastante considerável.

Por isso, além do interesse público envolvido, devem ser analisadas as considerações abaixo formuladas, especialmente pelo fato de que seu deferimento ampliará sensivelmente a quantidade de licitantes no presente procedimento licitatório, preservando a segurança da contratação, bem como propiciando o aumento de ofertas vantajosas que trarão economia aos cofres dessa municipalidade.

II – DAS IRREGULARIDADES

II.1. Do Prazo de Vigência Objeto Licitado

De início, observa-se que o objeto licitado trata da contratação de empresa especializada para a cessão de uso de sistema informatizado de Gestão Pública Integrada. Com efeito, em se tratando de licenciamento de programas de informática é preciso se respeitar o prazo de vigência máxima dirigido a contratos que contemplam objetos de tal natureza, qual seja, 48 (quarenta e oito) meses.

No entanto, constata-se que o edital, em seu item 3.2. insere o objeto equivocadamente como serviço continuado, admitindo-se a prorrogação do prazo de duração contratual por até 60 meses, ou seja, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93:

“3.2 - Os contratos poderão ser prorrogados nos termos do art. 57, Inc. II da Lei 8666/1993.”

No entanto, ignorou-se que a cessão de uso (licenciamento) **de programas de computador**, objeto principal da licitação em referência, tem seu enquadramento legal ligado diretamente ao disposto no inc. IV do art. 57 da Lei

nº 8.666/93 e não ao inciso II como inadvertidamente inserido como regra editalícia:

“Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

[...] IV - AO ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS E À UTILIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE INFORMÁTICA, PODENDO A DURAÇÃO ESTENDER-SE PELO PRAZO DE ATÉ 48 (QUARENTA E OITO) MESES APÓS O INÍCIO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO.”

Desse modo, sendo o certame uma contratação da locação mensal de sistemas (programas de informática) esta **não pode ter seu prazo de prorrogação enquadrado ao inc. II do art. 57 da Lei nº 8.666/93**, razão pela qual tal erro deve ser retificado com vistas à regularização da hipótese legal.

Para piorar, o item 3 do Anexo I estabelece que a duração do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses e com prorrogação baseada no inc. IV do art. 57 da Lei 8.666/93, ou seja, em MANIFESTA CONTRADIÇÃO:

“3. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

a) O contrato terá duração de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da assinatura, **podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes, devidamente justificado e por interesse da Administração, limitado a 48 (quarenta e oito) meses, na forma do Art. 57, IV da Lei 8.666/93** e alterações, por se tratar de serviço contínuo.”

Com efeito, **ora o edital aduz que o prazo de prorrogação do prazo contratual será de 60 meses, ora informa que será limitado a 48 meses**, fator que influencia diretamente na formulação das ofertas, as quais, evidentemente, se baseiam na possibilidade de extensão da vigência para montar sua logística e planos de trabalho e lucratividade.

A falha do edital é grave e precisa ser revista com urgência, sob pena de tornar viciado o edital em referência.

II.2. Do Prazo de Implantação

No edital impugnado encontra-se exigência que serve como instrumento de restrição da competitividade do certame licitatório, qual seja, o **curto e não usual prazo de implantação do objeto licitado**.

Tal obrigação consta inserida no item 3 do Anexo I do edital e demanda ao futuro contratado a **execução, em apenas 30 (trinta) dias da implantação integral e imediato funcionamento do objeto**, sob pena do recebimento de severas punições, o que, ainda que sem intenção, intimida qualquer possível interessado:

“3

(...)

d) O prazo para finalização dos serviços de instalação, implantação, migração, adequação, customização inicial e treinamento inicial dos sistemas licitados será de 30 (trinta) dias corridos, contados após a instalação do sistema.”

Contudo, é evidente, até mesmo para um leigo no assunto, que o prazo imediato para implantação e início do funcionamento do sistema informatizado licitado fixado pelo edital se mostra completamente inexecutável à maioria das empresas do mercado, restando assim, ainda que sem intenção, injustamente limitada a participação no presente certame.

Inexiste justificativa técnica plausível que demande a inserção de prazo tão exíguo para implantação de objeto de relevante complexidade, até porque usualmente as entidades públicas do país estabelecem prazos entre 60 (sessenta) a 90 (noventa) dias para uma eventual transição entre fornecedores.

Por isso, a Impugnante não acredita ser a intenção dessa entidade restringir a participação de empresas no presente certame, porém, qualquer leigo, que dirá um técnico especializado, observará com clareza a impossibilidade técnica do procedimento determinado pelo item ora impugnado. A instalação em trinta dias de um sistema informatizado é completamente inviável à exceção do atual fornecedor.

Isso, inclusive, já foi reconhecido recentemente pelo **Tribunal de Contas do Estado de São Paulo** em julgamento acerca de edital de objeto similar de locação de softwares onde se estipulava prazo de 30 (trinta) dias para instalação:

“[...] ACOLHO O PARECER DA ASSESSORIA TÉCNICA QUE REPUTOU EXÍGUO O PRAZO CONCEDIDO PARA A IMPLANTAÇÃO INTEGRAL DOS SISTEMAS. DESTA FORMA, PERTINENTE QUE A ADMINISTRAÇÃO REAVALIE O PERÍODO A SER DISPONIBILIZADO PARA ESSE FIM, ADEQUANDO-O ÀS PECULIARIDADES DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS.

2.8 Posto isto, circunscrito estritamente às questões analisadas, considero parcialmente procedentes as impugnações, determinando que a Administração, querendo dar seguimento ao certame, adote as medidas corretivas pertinentes para dar cumprimento à lei, especialmente para:

[...]c) REAVALIAR O PRAZO CONCEDIDO PARA A IMPLANTAÇÃO INTEGRAL DO SISTEMA, ADEQUANDO-O ÀS PECULIARIDADES DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS.”

(Processos: TC-015144.989.16-7; TC-015149.989.16-2; TC-015169.989.16-7 – TCE-SP).

O Tribunal de Contas de São Paulo, por meio de seu setor técnico, compreendeu sem dificuldades que a complexidade do licenciamento de softwares, concernente a dezenas de exigências e funcionalidades, demanda um tempo bem superior a trinta dias, sendo esta visivelmente uma condição de restrição à competitividade. No caso do edital em tela o prazo fixado é ainda três vezes menor demonstrando sua manifesta impossibilidade técnica

Ratificando tal premissa, o E. Tribunal de Contas de Santa Catarina, em exame da licitação similar (Representação nº REP-11/00390682) rechaçou, também, a fixação de prazo de 30 (trinta) dias para implementação dos sistemas, ou seja, considerou exíguo o um prazo consideravelmente maior ao que o edital pretende impor aos licitantes:

“O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator em com fulcro nos arts. 59 da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar n.202, de 15 de dezembro de 2000, decide:

6.1. DETERMINAR À PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE QUE, NOS FUTUROS CERTAMES LICITATÓRIOS, NÃO REITERE AS SEGUINTE IRREGULARIDADES:

[...] 6.1.5. DETERMINAR PRAZO EXÍGUO DE 30 DIAS PARA A INSTALAÇÃO, TREINAMENTO E FUNCIONAMENTO DE TODOS OS SOFTWARES, CONTRARIANDO O DISPOSTO NO ART. 3º, PARÁGRAFO 1º, I, DA LEI N. 8.666/93 (ITEM 6.2.5. DA DECISÃO N. 3.598/2011).”

Qualquer empresa idônea do ramo de informática terá receio em participar do presente certame licitatório diante da imposição de prazo tão exíguo, até porque o próprio edital sinaliza qualquer atraso ou inexecução de pelo menos uma das exigências ensejará ao contratado penalidades gravíssimas (suspensão de licitar, inidoneidade e multas).

É preciso deixar claro que a impugnante não contesta o fato de ter que realizar a instalação completa em prazo viável tecnicamente, até porque isso está ligado ao objeto licitado. **O QUE SE IMPUGNA É A FIXAÇÃO DE UM PRAZO ABSOLUTAMENTE IMPRATICÁVEL A QUALQUER EMPRESA DO RAMO.**

Não há como se alegar uma eventual descontinuidade dos serviços para justificar a fixação de prazo tão curto. É notória nesses casos a existência de uma transição com o fornecedor anterior, inexistindo registro de órgãos públicos que ficaram sem os sistemas ou atendimento adequado. Dezenas de editais publicados no país e

acontecendo, inclusive, de modo concomitante, estipulam prazos de aproximadamente 60 a 90 dias para instalação dos softwares, sendo que o edital em referência se mostra como uma exceção injustificada.

III - DO PEDIDO

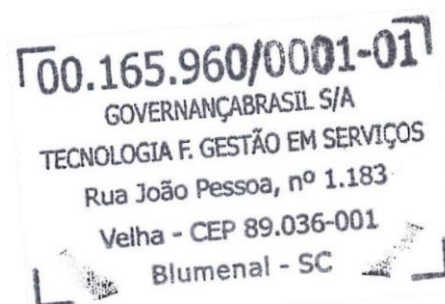
Por todo o exposto e diante das justificativas aqui apontadas, bem como cientes da seriedade desse prestigiada Prefeitura, **REQUER SEJA A PRESENTE IMPUGNAÇÃO JULGADA PROCEDENTE**, em respeito à legalidade e, principalmente visando a tão almejada ampliação da competitividade para seleção da proposta mais vantajosa.

Pede deferimento.

Nova Friburgo, 07 de dezembro de 2023.



GOVERNANÇABRASIL S/A
FUED MELEP JUNIOR
UOP RIO DE JANEIRO
MAT. 4359



GOVERNANÇABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS